



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito reuniu, na Junta de Freguesia de Guadalupe, a Câmara Municipal composta pelos Senhores: Manuel Avelar Cunha Santos, Presidente da Câmara, Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro, Vice-Presidente da Câmara e Vereadores António Manuel Ramos Reis, Cláudia de Fátima Bettencourt Veiga da Cunha e António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço.

Período antes da ordem do dia – O Senhor Presidente deu início à reunião agradecendo a presença do Presidente e do Tesoureiro da Junta de Freguesia, de seguida foi analisado e discutido o relatório das obras municipais em curso. O Vereador António Reis lembrou que havia solicitado uma visita aos furos de água. O Senhor Presidente informou que aguarda oportunidade da Engenheira Lurdes Faustino para o acompanhar. O mesmo Vereador perguntou quais os planos da Câmara Municipal para a desratização em 2018, se a Câmara irá fazer alguma coisa, lembrando que é tempo de sementeiras que os ratos são cada vez mais e maiores. A Vice-Presidente informou que aproveitou a estadia na Graciosa do Diretor Regional no passado mês de dezembro, para falar sobre a necessidade de se realizar uma campanha de desratização e que já foi agendada uma reunião com a Chefe dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, que se realizará amanhã, de modo a iniciar a desratização já em fevereiro e novamente em setembro ou outubro com a colaboração das Juntas de Freguesia e dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha que já adquiriu o raticida para a primeira fase, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal a aquisição do raticida na segunda fase. Disse ainda que falta nomear um técnico responsável pela desratização considerando que quem o fazia entretanto se aposentou e que havia boa vontade de todas as entidades envolvidas neste processo para o bem da Graciosa. O Vereador António Reis perguntou quem irá orientar os trabalhos. A Vice-Presidente disse que, como já havia referido, isso irá ser discutido na próxima reunião que se realizará amanhã. O referido Vereador disse que a desratização antes era bem estudada e havia um processo que funcionava, processo esse que o Governo Regional interrompeu e que deviam consultar os anteriores responsáveis pela desratização para que esta possa decorrer da melhor maneira. A Vice-Presidente informou que amanhã na reunião agendada irão discutir esses assuntos de modo a elaborar um plano que funcione. Disse ainda que deve haver sensibilização da população de toda a ilha para que colaborem de modo a que a desratização funcione melhor. O Presidente da Câmara informou que este assunto foi discutido na Intermunicipal e será levado ao Governo Regional, mas que será um processo moroso já que a legislação demora a ser posta em prática.





Câmara Municipal

[Handwritten signatures and initials]

-----Ordem do dia:

1. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santa Cruz da Graciosa – Consulta Pública – O Senhor Presidente apresentou o referido Plano e fez uma breve explanação da tramitação que levou à sua elaboração. O Vereador António Reis disse considerar este plano muito importante e que já tinha chamado a atenção para a necessidade da sua elaboração. Disse que o leu, no entanto durante o período de discussão pública se achar necessário irá contribuir com ideias para a sua melhoria. Considerou importante que todos os munícipes comecem a participar neste tipo de discussão pública e sugeriu que seja dado conhecimento do plano para que outras entidades e associações o conheçam e possam dar o seu contributo. O Senhor Presidente disse que as várias entidades serão notificadas da discussão pública deste documento que foi elaborado com a colaboração da Câmara Municipal, Associação de Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. O mesmo Vereador disse que concorda com a notificação e que isso deverá ser feito o mais brevemente possível de modo a que todos participem na discussão pública. O Senhor Presidente informou que será convocada uma reunião para que haja um debate das entidades com responsabilidades no plano e com as sociedades e Santas Casas da Misericórdia. Posto a votação, a Câmara aprovou, por unanimidade a seguinte proposta apresentada pelo Senhor Presidente:

“Considerando que:

- a) é obrigatória a realização da consulta pública ao plano decorrendo dos termos do número 8 do artigo 7º da Resolução nº 30/2015 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada em Diário da República nº 88, II Série de 7 de maio de 2015;
- b) tal normativo visa permitir a participação de todos os cidadãos e entidades intervenientes na sociedade graciosense na construção do Plano tendo então, a possibilidade de fazer sugestões, reclamações, observações e/ou propostas;
- c) o plano municipal de emergência de protecção civil define o modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil a nível municipal. Permite, também, antecipar os cenários susceptíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência daí a elevada importância para o âmbito territorial e social do município.

Proponho:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do número 8 do artigo 7º da Resolução nº 30/2015 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada em Diário da República





[Handwritten signature and initials]

nº88, II Série de 7 de maio de 2015 aprovar a abertura do período de consulta pública do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santa Cruz da Graciosa, que é parte integrante da presente proposta, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, devendo tal fase ser publicada em edital e no sítio da internet do município.

2. Academia Musical da Ilha Graciosa – Relativamente a este ponto o Senhor Presidente disse que a Academia devia reunir com os Presidentes de todas as Sociedades Filarmónicas da Ilha para saber da necessidade de formação que seria aberta as todas de modo a dinamizar a formação e poupar verbas às filarmónicas. O Vereador António Reis disse que achava bem já que é a Câmara Municipal que sustenta a cem por cento a Academia e que esta devia funcionar de modo a beneficiar todos. Disse ainda que a opinião dos Vereadores do Partido Social Democrata é conhecida e que na sua opinião a Academia devia ser apoiada pelo Governo Regional, no entanto o Governo Regional fez uma tentativa para acabar com a academia que é uma instituição com quase 30 anos ao serviço dos Graciosenses, o que não devia ter feito, no entanto os graciosenses já estão habituados a este tipo de tratamento por parte do Governo Regional. Disse ainda que a Câmara Municipal devia ser mais agressiva com o Governo Regional nos pedidos de apoio para a Academia uma vez que esta é um peso enorme para a Câmara Municipal. Perguntou ao Senhor Presidente se acha que o Governo Regional não irá apoiar a Academia. O Senhor Presidente disse que uma vez que o Governo Regional desviou todo o ensino artístico para o ensino oficial, desresponsabilizando-se pelo ensino privado, não irá apoiar a Academia. Disse ainda que a Academia está a dar início a outros projetos que estão a ser apoiados pela Direção Regional da Cultura. O Vereador António Reis disse que qualquer entidade que promova eventos culturais se pode candidatar aos apoios da referida Direção Regional e perguntou se o Senhor Presidente sabe em quanto a Câmara já apoiou a Academia. O Senhor Presidente respondeu que teria que consultar registos para saber o montante exato mas que foram uns milhares de euros que espera estejam a ser bem utilizados em prol dos graciosenses já que a academia tem vindo a realizar espetáculos interessantes com os seus alunos. O Vereador António Reis perguntou se o Senhor Presidente não acha injusto afetar tanta verba da Câmara Municipal, que é de todos nós, a uma instituição em prejuízo de outras que fazem trabalho idêntico. Disse que os espetáculos realizados pela Academia podem ser realizados por qualquer entidade disposta a pagar um cachê. Lembrou que outras instituições como as filarmónicas todas juntas não recebem o que a Câmara transfere para a Academia e perguntou quanto é que a Câmara ainda prevê transferir para a Academia durante o corrente ano. O Presidente da Câmara respondeu que ainda não está decidido o montante mas que haverá outro apoio. O Vereador António Reis disse que dificilmente a Academia será o que já foi porque o Governo Regional lhe deu uma machadada da qual dificilmente recuperará. A Vice-





Câmara Municipal

Presidente disse que quando foi aprovada a última tranche sugeriu que o relatório deveria ser mais específico o que não se verificou, devendo propor-se que o mesmo mencione todos os apoios recebidos de outras entidades e que deve ser apresentada antecipadamente um plano de atividades para a Câmara Municipal poder decidir em consciência o apoio a conceder. O Vereador António Reis respondeu que a Vice-Presidente estava a falar para si e que concordava com as suas palavras porque está em causa muito dinheiro, dinheiro esse que poderia estar a ser utilizado para outros fins. Posto a votação, foi aprovada, com 3 votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e 2 abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, a seguinte proposta apresentada pelo Senhor Presidente: “Considerando o meritório trabalho desenvolvido na Ilha Graciosa desde 1988 por esta agremiação cultural, proponho que se atribua a quantia de 20000€, para que a AMIG possa dar continuidade às suas atividades, devendo a referida Academia apresentar um relatório de atividades mais relevantes realizadas ao longo do ano letivo.” Os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram uma declaração de voto que fica anexa a esta ata dela fazendo parte integrante.

3. Carnaval 2018 – A Câmara aprovou, por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Senhor Presidente: “Considerando que os festejos carnavalescos fazem parte da tradição desta Ilha, proponho que se conceda, a todas as coletividades que o solicitarem, um subsídio no valor de 400€ por cada fantasia, que se apresente com um mínimo de dez pares, e doze euros e cinquenta cêntimos por cada par a mais, os elementos que participarem em mais do que uma fantasia serão comparticipados apenas uma vez. A cada fantasia que participar no desfile, a realizar no Pavilhão da Escola Básica Integrada da Ilha Graciosa, será concedido um adicional no valor de duzentos euros, ficando o transporte das referidas fantasias a cargo da Câmara Municipal.”

Período de intervenção do público – O Presidente da Junta de Freguesia agradeceu a presença da Câmara Municipal e solicitou uma moradia para alojar temporariamente uma família residente na freguesia cuja casa está a ser recuperada ao abrigo da habitação degradada. A Vice-Presidente informou que brevemente haverá uma moradia num dos bairros da Câmara Municipal que poderá ser utilizada para o efeito. Foram ainda discutidos outros assuntos de interesse para a freguesia.





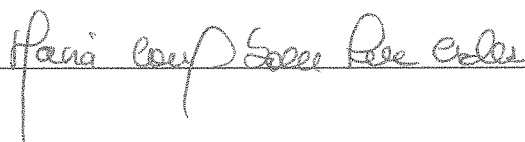
Câmara Municipal

Não havendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada após leitura, aprovação e assinatura desta ata.

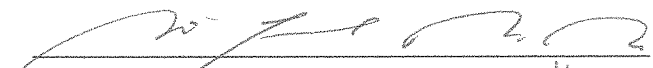
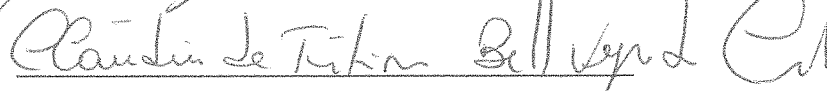
O Presidente da Câmara,



A Vice-Presidente da Câmara,



Os Vereadores,


A Técnica Superior,

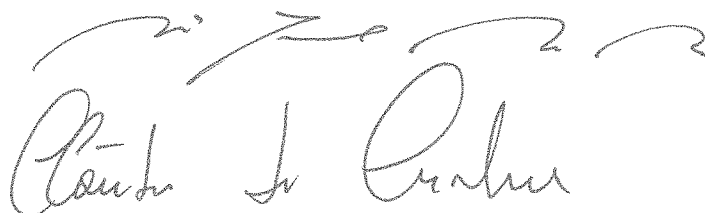




DECLARAÇÃO DE VOTO

Os vereadores do PSD, António Reis e Cláudia Cunha, na Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, votaram em abstenção, a atribuição de um subsídio no valor de vinte mil euros à Academia Musical da Ilha Graciosa por considerarem que:

- A Câmara continua a não fazer o suficiente junto do Governo Regional, para que este assuma as suas responsabilidades no ensino da música na Graciosa;
- O executivo da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa mostra não ter a coragem nem a força necessária junto de um Governo, que é da mesma cor política e que teima em continuar a lesar a Graciosa, até no ensino da música;
- Com esta transferência, a Câmara atinge verbas superiores a cem mil euros em menos de três anos em favor de uma só instituição, correndo o risco de se tornar injusta perante outras instituições com vocações semelhantes e que formam dezenas de músicos por ano;
- A Câmara ao fazer aquilo que compete ao Governo Regional, perde a oportunidade de investir essas mesmas verbas, que candidatas aos apoios existente poderiam multiplicar-se de forma a poder realizar obras estruturantes, que os graciosenses há muito esperam;
- O nosso voto em abstenção continua a ser uma forma de protesto junto do Governo Regional, que, obstinadamente continua a não cumprir com as suas responsabilidades no ensino da música na Graciosa e também por acharmos que o executivo socialista da nossa Câmara, tinha obrigação de conseguir exigir mais de um Governo que até é da mesma cor política.


António Reis e Cláudia Cunha